

**DISCURSO PROFERIDO PELO DR. CELSO DA SILVA SOARES NA SOLENIDADE DE ENTREGA DA MEDALHA TEIXEIRA DE FREITAS AO PROF. EROS ROBERTO GRAU EM 26 DE MARÇO DE 2003.**

Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

Autoridades que compõem a mesa

Demais autoridades presentes

Colegas membros do Instituto

Senhoras e senhores

Estimado Eros Roberto Grau

José Martins Catharino, destacado advogado trabalhista e jurista da melhor estirpe, certa vez, numa solenidade em Belo Horizonte, confidenciou-me ter aversão a certos discursos com que o saudavam, aqueles em que o orador enumerava o lugar onde nascera, os nomes de seus pais, da mulher e dos filhos, sua vida desde os bancos escolares, para em seguida desfiar o rosário de seu extenso currículo. Parecia, dizia ele, que em tais ocasiões ouvia seu necrológio em vida.

Sob a inspiração de Catharino, saibam todos, não farei de Eros Roberto Grau o necrológio em vida.

Ciente, todavia, da importância que entidades da cultura jurídica devotam ao currículo, atenderei a esse requisito que o ritualismo impõe. Não pretendo, entretanto, cansar os presentes – muito menos aquele a quem nesta noite o Instituto dos Advogados Brasileiros outorga sua mais alta honraria – com a citação de seus mais de vinte livros, dos mais de cento e cinquenta artigos, ensaios e conferências, publicados no Brasil e no exterior, dos mais de cem pareceres, dos mais de trinta verbetes de sua autoria registrados na Enciclopédia Saraiva de Direito, nem das dezenas de livros por ele prefaciados ou dos discursos que vem proferindo ao longo do tempo.

Limitar-me-ei às obras que, a meu ver, melhor refletem sua posição crítica: Direito Posto e Direito Pressuposto, Malheiros Editores, São Paulo; A Ordem Econômica na Constituição de 1988 ( Interpretação e Crítica ) Revista dos Tribunais, São Paulo; Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito, Malheiros Editores; e La Doble Desestructuración y la Interpretación del Derecho, Editorial M. J. Bosch, Barcelona, também publicado na Itália.

Advogado de intensa e profícua atuação, respeitável constitucionalista, Eros Grau é Doutor em Direito, Professor Titular da Faculdade de Direito da USP e Professor Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Montpellier, tendo ministrado cursos e conferências no Brasil e em países da América e da Europa.

Desconfio de que meu encontro com Eros Grau – lamentavelmente tardio – e o fato de estar aqui a saudá-lo se devam a artimanhas do personagem das crônicas esportivas de Nelson Rodrigues, o Sobrenatural de Almeida.

Tinha nove anos de idade, era aluno de escola primária no subúrbio onde nasci, e, na comemoração do Dia da Independência, no estádio do Vasco da Gama, presente o Presidente Getúlio Vargas, se anunciou que o coral de milhares de crianças mobilizadas para a festividade seria regido pelo maestro Martinez Grau, já que Villa Lobos, que sempre o regea, não poderia fazê-lo naquela oportunidade. Menino, achei engraçado aquele sobrenome, Grau, e jamais o esqueci. Mal sabia que, quase sessenta anos depois, reencontraria o maestro e o sobrenome na pessoa de Eros Roberto Grau.

No ano passado, na Conferência Nacional da OAB, em Salvador, contou-me o Dr. Luiz Dilermando Cruz, Presidente da Comissão de Direito Internacional deste Instituto, que acabara de adquirir o recém-lançado livro Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito, do nosso homenageado. Apressei-me a comprá-lo e em janeiro deste ano, aproveitando, em casa do meu filho mais novo, parte dos dias de recesso da Justiça do Trabalho ( que a Reforma do Judiciário quer eliminar ) pude lê-lo.

Sustenta Eros Grau que a norma não se reduz ao texto normativo, “resulta também do conúbio entre o texto e os fatos ( a realidade )”; que “o mesmo texto é claro ou obscuro segundo os contextos concretos do seu uso”, e o texto claro “torna-se obscuro em função da tensão dos interesses que se põem em torno dele”, concluindo que a norma é “construída, pelo intérprete, no decorrer do processo de concretização do direito”.

Pois bem. Ao abordar a inviabilidade de uma única solução correta, a partir da premissa de que interpretar um texto normativo é escolher uma entre diversas interpretações possíveis, Eros Grau compara a tarefa do intérprete da norma à do intérprete de uma peça musical, exemplificando:

"Dá-se na interpretação de textos normativos algo análogo ao que se passa na interpretação musical. Não há uma única interpretação correta ( exata ) da Sexta Sinfonia de Beethoven: a Pastoral regida

por Toscanini, com a Sinfônica de Milão, é diferente da Pastoral regida por von Karajan, com a Filarmônica de Berlim. Não obstante uma seja mais romântica, mais derramada, a outra mais longilínea, as duas são autênticas – e corretas.”

Ali estava, diante dos meus olhos, a relação entre o maestro Martinez Grau da minha infância e o jurista Eros Grau do crepúsculo da minha existência. Pareceu-me que tivera, naquela festa do Sete de Setembro, uma premonição.

Buscar na música analogia com a hermenêutica demonstra que Eros Grau não é um jurista *tout court*, mas um intelectual multifacético. Tanto que consegue ser, ao mesmo tempo, gaúcho, paulista, mineiro de Tiradentes, meio carioca, parisiense e um pouco alemão.

Ao trazer o exemplo comparativo da música ao estudo de matéria tão árida, a interpretação da norma jurídica, Eros Grau revela criatividade. Isso indica que sente prazer na atividade jurídica, já que – sabemos todos – o prazer é indispensável ao ato criador.

Recentemente, o Dr. Paulo Cardoso de Melo Silva, juiz aposentado, dos mais ativos e proficientes integrantes da Comissão de Direito do Trabalho deste Instituto, ressaltava, em plenário, que lhe dava prazer trabalhar na comissão. A fala de Paulo Cardoso, aliada ao exemplo de Eros Grau, levanta uma questão da qual provavelmente jamais se ocupou o imaginário jurídico e absolutamente contrastante com a austeridade das instituições acadêmicas: a importância do prazer na execução de nossas árduas tarefas.

Não falo daquele prazer que alguns sentem ao travar discussões bizantinas, como o personagem da anedota: um jurista, ao morrer, viu-se diante de duas portas de ingresso na eternidade; uma encimada pela placa “Entrada para o Céu” e outra pela placa “Entrada para Discussões sobre o Céu”. Preferiu a segunda. Refiro-me ao prazer da criação.

Eros Grau representa o contrário do jurista clássico, abstracionista, amante de tais discussões, tanto que em seu livro acerca da interpretação faz essa deliciosa referência a Jhering:

"Lembro as observações cheias de humor de von Jhering [ 1987: 217, 218, 220, 222 e 242 ] a propósito do uso dos conceitos jurídicos pelos juristas teóricos: os conceitos jurídicos são incompatíveis com a vida; não suportam o mundo real; a fé inamovível no império dos conceitos jurídicos e em princípios abstratos é o vínculo comum que une a todos que habitam o céu dos conceitos jurídicos; o jurista opera com seus conceitos como o matemático com suas magnitudes, de modo que, se o resultado é correto desde o ponto de vista lógico,

o que acontece depois já não é problema seu – fiat iustitia, pereat mundus!; os conceitos são verdades absolutas, sempre o foram e o serão pelos séculos dos séculos.”

Outro aspecto da personalidade de Eros Grau é a combatividade, o espírito de luta, que, seguindo lição de Teixeira de Freitas, entende deva ser, no trato de matérias técnico-jurídicas, vigoroso, mas sem arrebatamentos e paixões, como se conclui do trecho do seu discurso na posse da Diretoria do IAB, em abril de 2000, em que se refere à carta de renúncia do patrono da medalha que hoje recebe à Presidência do Instituto.

A concessão da Medalha Teixeira de Freitas a Eros Roberto Grau, sobre ser tributo à inteligência, vem carregada de significações.

Uma delas assume especial relevo nesta hora grave por que passa o mundo: a condenação da guerra movida pela mais rica e poderosa potência mundial contra um povo pobre, debilitado por doze anos de embargo econômico, a pretexto de que seu governo a ameaçaria, a fim de subjugá-lo, impor-lhe sua vontade, controlar seu petróleo, não hesitando, para tanto, em mentir, fraudar, ameaçar, subornar, pisotear a Carta das Nações Unidas e menosprezar a repulsa da opinião pública, afrontando os povos com a ostentação da arrogância.

Atentado à ordem jurídica internacional, a covarde agressão reflete a ideologia obscurantista que busca restaurar o velho liberalismo como coisa nova e fazer-nos voltar ao capitalismo em estado puro, que nunca teve nenhuma preocupação social, foi responsável pela carnificina da Primeira Guerra Mundial e faz do mercado a medida de todas as coisas, consagrando a lei do mais forte, modernamente conhecida pela alcunha de competitividade.

A que leva a competitividade se não à guerra?

Ensina o geógrafo Milton Santos, na sua pequena e talvez derradeira obra *Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*, Editora Record, RJ/SP, 2001: “A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar.” Vê o autor, nessa “ética da competitividade que caracteriza nosso tempo”, a justificativa para o apelo à força, já que, sendo “exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição”, a competitividade traz o afrouxamento dos valores morais, convidando à prática da violência.

Mas o estímulo ao uso da força não se resume à guerra entre nações.

Os prepostos do mais baixo escalão da milionária empresa transnacional de produção e venda de drogas também agem motivados, em última instância, pela disputa de mercados, pelo domínio da mediação do dinheiro proveniente de seus negócios, pela conquista de melhor posição, pelo imperativo de, como refere Milton Santos, “vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar”. O terror imposto por esses bandidos – que vem instilando o medo no cotidiano das populações brasileiras, assassinou a diretora de um desses presídios que alguns insistem em chamar “de segurança máxima” e agora começa a matar juízes – tem a mesma origem da guerra.

A ação deletéria da competitividade alçada à categoria de razão de ser da atividade humana não se manifesta, porém, unicamente na violência armada; esta é o produto mais dramático do que o escritor Richard Sennett chamou de corrosão do caráter, a qual responde também pela corrupção, pela apropriação de dinheiro público, pela interceptação ilícita de ligações telefônicas e outras formas de decomposição do tecido social.

No que nos diz respeito, essa corrosão resulta da mercantilização da advocacia e das relações jurídicas, a ponto de o valor do advogado vir sendo medido cada vez menos por suas qualidades morais e profissionais e cada vez mais por sua capacidade de enriquecimento, e a isso se denomina eficiência. Não espanta o surto de advogados a serviço das atividades criminosas dos seus clientes, na verdade seus chefes.

Foi essa lógica de mercado que levou, por exemplo, advogados estrangeiros – notadamente, *et pour cause*, dos Estados Unidos – a tramar, no segredo dos gabinetes do Itamaraty, sob o protesto do Conselho Federal da Ordem, o afrouxamento, ou, segundo o eufemismo disseminado pela hipocrisia vocabular própria dos ideólogos do liberalismo redivivo, a “flexibilização” das normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, quando não a “desregulamentação” do exercício da profissão em nosso país, a fim de que aqui se instalem e a exerçam sob a égide pura e simples da *lex mercatoria*.

Foi também a lógica de mercado que inspirou a verdadeira privatização da função jurisdicional representada pelos tribunais arbitrais e pelas comissões extrajudiciais de conciliação prévia de litígios trabalhistas individuais, com a conseqüente e previsível eclosão de fraudes.

Essa mesma lógica preside ao insidioso processo de descaracterização do Judiciário como órgão do poder do Estado para reduzi-lo à condição de mero prestador de serviços ou assemelhado, sob o argumento de maior celeridade na solução dos conflitos, com a

função de negociar os interesses em jogo, fazendo-se da luta pelo direito uma barganha mercantil. Por que isso? Porque o tempo da Justiça, o tempo de se dizer o direito, não atende às exigências de aumento da velocidade dos negócios ditada pelo império da competitividade.

Em conseqüência, amesquinha-se o papel do advogado como defensor do direito e da justiça, acentuando-se a tendência de torná-lo peça facultativa do procedimento judicial, não obstante a regra do artigo 133 da Constituição Federal, transformando-o em "conciliador", em intermediário de negócios, em árbitro, castrando-lhe, enfim, a combatividade, transmudando-o em eunuco.

Esta solenidade, portanto, deve soar como sinal de alerta para os efeitos nefastos do culto à competitividade.

O atual estado de coisas não trouxe apenas desordem ao mundo do trabalho, desordem social, desordem urbana, desordem na economia, insegurança; vem provocando ainda a escassez de intelectuais verdadeiros, até porque se confunde a recepção acrítica de massas de informação com cultura. Mais uma vez recorro a Milton Santos ( obra citada ):

"O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade."

Verdadeiro intelectual é o que contribui para construir o presente das coisas futuras, empreitada que pressupõe consciência crítica.

Negação do tradicionalismo imobilista, que ainda arranca suspiros de alguns, Eros Grau não faz parte da Sociedade dos Juristas Mortos, ancorada no passado, que insiste em governar os vivos. Eros Grau é a vida, e vida é movimento, é transformação.

Conceder a Medalha Teixeira de Freitas a um intelectual da sua estatura, quando a mediocridade campeia até mesmo onde deveriam prevalecer qualificativos mais que medianos, significa reconhecer em Eros Roberto Grau um símbolo vivo do que o presente oferece de melhor, olhos voltados para o futuro, que não se constrói somente pelo lado bom, mas também, nas palavras de Étienne Balibar, pela "dor do negativo".